

## **Ata da 2ª Reunião Extraordinária de 2017 do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável**

Às 08h40 do dia **01 de Agosto de 2017** teve início a 2ª reunião extraordinária de 2017 do CMDS, presidida pela Drª Jeane Ap. Rombi de Godoy Rosin, tendo como relatora a Arq. Carla D. Borges. Estiveram presentes os seguintes conselheiros:

### *Titulares*

1. *Jeane Ap. Rombi de Godoy Rosin – SMPDU*
2. *Carla Dias Borges – SMPDU*
3. *Allaine Casemiro Dias – Entidades Ambientalistas*
4. *Donizete Ap. Burque - Companhia de Saneamento Básico do Estado de SP - SABESP*
5. *Jorge Gonçalves Dias – SM de Agricultura e Meio Ambiente*
6. *Luis Alves de Souza – Associações de Moradores*
7. *Luiz Francisco Quinzani Jordão – Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Tupã e Região*
8. *Marcus Vinicius da Silva Zanelato – SM Desenvolvimento Econômico*
9. *Paulo Eduardo Assoni de Souza – Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento*
10. *Thomas Gomes – Corpo de Bombeiros*

### *Suplentes*

1. *Afonso Celso Ponce Cabrera – SM de Agricultura e Meio Ambiente*
2. *Marcos Mikio Nakamura – SM Desenvolvimento Econômico*
3. *Telma Terezinha Souza Ribeiro – AEAAT*
4. *Valentim Cesar Bigeschi – SMPDU*
5. *Amanda Alves do Prado Tulim - SMPDU*
6. *Tereza Vicente – Associações de Bairros*
7. *Ricardo Ekstein Fernandes – Polícia Militar Ambiental*

Ainda, indicado pelos conselheiros, esteve presente o seguinte observador:

1. *Samuel Azevedo – Gerente da Visão Empreendimentos*

Totalizando 18 pessoas com direito à voz e 10 pessoas com direito à voz e voto.

Também estiveram presentes os seguintes interessados:

1. *Guilherme Grosso – LRG Construtora*
2. *Jurandir Lima – Alfa Imóveis*
3. *Mário José do Prado – Tupã Imóveis*
4. *Paulo Henrique Andrade – vereador*
5. *Rosa Maria Azevedo – Alfa Imóveis*

Os conselheiros abaixo estiveram ausentes, porém apresentaram justificativa para a falta:

1. *Donizete Burque – SABESP: tratamento de saúde*
2. *Nelson Boaretti – Polícia Civil: Viagem*

3. Lucas Crispim – Bombeiros: Viagem/Férias
4. Rodrigo Oliveira – Energisa: Mudança de gestão na empresa
5. Rosangela Casemiro – ANAP: Viagem

A pauta estabelecida para a reunião foi a seguinte:

- Formação e definição da composição do comitê de estudo para elaboração de diretrizes para aprovação de condomínios fechados
- Definição de datas para audiência pública para apresentar proposta de legislação e consultar a população sobre o assunto

Não houve nenhum informe a ser feito.

A presidente do CMDS iniciou a reunião contextualizando o motivo que levou à suspensão temporária do trâmite dos processos de aprovação de condomínios fechados: atualmente, não existe regulamentação municipal para balizar a aprovação de condomínios fechados, e apenas a lei federal não é suficiente.

Explanou-se que seria formado um comitê de estudo, que faria a proposta de lei, e que a reunião se destinava a discutir a formação deste comitê. Foi apresentada a sugestão de composição do comitê – aqui denominado “comitê de estudo para regulamentação da implantação de condomínios” ou CERIC, sendo: 2 representantes da SMPDU, 2 representantes da AEAAT, 2 representantes do setor imobiliário, 2 representantes das associações de moradores e 2 representantes da OAB. Foi aberto aos conselheiros sugerir alterações e acréscimos na composição.

O arq. Valentim pontuou que uma equipe de estudo muito extensa comprometeria o bom andamento das discussões.

O Sr. Marcos Zanelato questionou a necessidade de 2 representantes das associações de moradores e a possibilidade de substituir um destes representantes para outra entidade participar da reunião do comitê, e o Sr. Luis Alves contestou este posicionamento pois a sociedade civil representa a maior parcela. O arq. Valentim informou que as reuniões são abertas para os interessados assistirem, mas o comitê é o responsável pela proposta, e a representação é feita em paridade.

Alguns conselheiros sugeriram a inclusão de representantes da CAIXA, Sabesp, Energisa e outras entidades envolvidas no contexto urbano, e foram rebatidas pelo arq. Valentim justificando que essas instituições obedecem a leis federais e estaduais, que não cabem ao município interferir.

A presidente do conselho interviu na discussão, deixando claro que o processo deve ser transparente e democrático, e o comitê é uma ferramenta para tal. Afirmou ainda que a proposta deverá ser construída em conjunto para que não haja questionamento do ministério público acerca da validade dos atos.

A arquiteta Telma destacou que além de obedecer a legislação, a proposta deve seguir princípios de sustentabilidade e da boa arquitetura. E buscar soluções que podem inclusive melhorar o investimento.

A presidente perguntou se havia mais alguma sugestão e o Sr. Mario do Prado propôs que após pronta, a proposta seja encaminhada para as imobiliárias, para as empreiteiras e para a Caixa, que são os mais interessados. A Dr<sup>a</sup> Jeane informou que após aprovada pelo conselho, a proposta

seguirá para audiência pública. A arq. Carla explicou que, após concluídos os estudos do comitê, este apresentaria os resultados da pesquisa ao conselho e em audiência pública, onde qualquer pessoa interessada poderá participar.

O Sr. Mário expôs sua insatisfação de não ter sido comunicado e não ter havido divulgação da reunião que votou a favor da suspensão do trâmite dos processos de aprovação de condomínios fechados. Também, o vereador Paulo Henrique, que reclamou não ter sido avisado mesmo após ter feito indicação ao prefeito. O Sr. Luis Alves explicou que o conselho possui um regimento interno para funcionar, e que se houverem muitos vereadores dominando o conselho é melhor que as questões sendo debatidas sejam levadas para a câmara, pois não haveria conselho. Reforçou também que quem não é conselheiro deveria estar na reunião apenas como ouvinte e não entrar na discussão, pois é o que está escrito no regimento interno. A Dr<sup>a</sup> Jeane informou que foi encaminhado e-mail para os conselheiros nomeados em portaria informando sobre a presente reunião, e que estava aberto espaço para cada conselheiro que julgasse pertinente estender o convite a outros agentes que pudessem contribuir para esse processo.

Após debate sobre a formação do comitê, passou-se à nomeação dos participantes do conselho, que ficou assim definido:

- AEAATR - Luis Francisco e Telma
- Associações de Moradores ou ONGs - Luis Alves e Teresa Vicente

Os segmentos não definidos (OAB e Setor Imobiliário) serão oficiados para encaminhar os nomes dos representantes. A SMPDU não indicou nomes durante a reunião pois iria deliberar entre os demais técnicos da secretaria.

Iniciou-se a discussão dos prazos, que ficaram assim definidos:

- Até dia 03/08: Indicação dos nomes para compor o comitê
- Dia 08/08: 1<sup>o</sup> reunião do comitê

A data para a próxima reunião do CMDS ficou em aberto.

A reunião foi gravada e o arquivo digital de áudio em inteiro teor estará disponível sob solicitação à 1<sup>o</sup> secretária do conselho.

Esta ata foi elaborada e lavrada por mim, arquiteta urbanista Carla Dias Borges, e assinada pela Dr<sup>a</sup> Jeane Ap. Rombi de Godoy Rosin, que presidiu esta reunião, estando a lista de presença assinada anexada à esta ata.



**Dra. Jeane Ap. R. Godoy Rosin**  
Presidente do CMDS



**Carla Dias Borges**  
1<sup>o</sup> Secretária CMDS